

ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Anuncia a presença dos vereadores Luiz Antônio Agne e Carlos Alberto Dall'oglio.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Manifesta-se favorável à aprovação do projeto de lei que prevê nova distribuição dos royalties do petróleo do pré-sal.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Defende a diminuição do número de SDRs e o estabelecimento de um novo pacto federativo.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (aparte) - Solidariza-se com o deputado Valmir Comin.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Critica a política econômica dos governos estadual e federal.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Defende a vinda de recursos para Santa Catarina e a redução da máquina pública estadual.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Elogia a transição tranqüila nas prefeituras municipais; reporta-se à solução dos problemas das autoescolas; aborda a violência no estado.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Comenta a escolha de Santa Catarina como principal destino turístico do país; pede união para o combate à violência que vem atingindo membros da Segurança Pública.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Hipoteca solidariedade ao deputado Gilmar Knaesel.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Defende a decisão da presidente Dilma Rousseff com relação à destinação dos recursos dos *royalties* do petróleo.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Faz um comunicado do Sindaúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero anunciar a presença nesta Casa do vereador de Chapecó, Luiz Antônio Agne, que está na quarta legislatura, e do vereador Carlos Alberto

Dall'oglio, de Lacerdópolis, que está na terceira legislatura, que vêm a este Parlamento prestigiar os deputados e tratar de assuntos de interesse dos seus municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, durante todo o mês de outubro discutimos muito a questão da saúde em nosso estado e em todo o país. Ontem ainda vários deputados usaram esta tribuna para levantar os motivos da demora no encaminhamento dos tratamentos, principalmente quando se trata de câncer.

Hoje assisti a uma matéria sobre câncer de mama que, se tratado adequadamente, tem um grande percentual de cura, ou seja, mais de 80% das pessoas tratadas precocemente têm uma boa possibilidade de ficar curadas.

Infelizmente, há casos em Santa Catarina de pacientes que ficam quatro, cinco, seis, sete meses esperando para serem chamados, tendo em vista as longas filas. Essas pessoas não têm nem ao menos uma previsão, uma estimativa do tempo que levarão para ser atendidas.

Então, feito um levantamento nacional, a média da demora nacional é de 76 dias para tratamentos de quimioterapia e de 113 dias para tratamentos de radioterapia. Ora, 113 dias são praticamente quatro meses! Imaginem alguém ficar esperando tanto tempo sem saber quando é que vai ser chamado!

Em vista disso, o SUS estabeleceu que no prazo máximo de 60 dias a pessoa terá que ser chamada para fazer o tratamento, seja de quimioterapia, de radioterapia ou cirúrgico.

Mas eu imagino que será preciso comprar equipamentos e contratar médicos, enfermeiros e assistentes da saúde, justamente para poder atender a essa demanda, senão essa exigência de nada valerá. Estados e municípios terão que cumprir essa norma que já foi, inclusive, aprovada

pelo Senado e agora deverá ser homologada pela presidente. Mas só que isso significa a contratação de pessoal e a compra de equipamentos.

Em vista disso é que, na semana retrasada, coloquei aqui a questão dos *royalties* do petróleo, pois se pressupõe que nos próximos 15 anos serão gerados mais de R\$ 100 bilhões.

Pela legislação vigente, esses recursos são hoje divididos da seguinte maneira: 52,25% para os estados onde há produção, 15% para o município onde está a produção, 7,5% para os municípios próximos ao município onde é extraído o petróleo, e 25% para o ministério da Ciência e Tecnologia.

Com a descoberta do pré-sal, em 2010 foi aprovada a Lei n. 12.351, que regulamentou a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de hidrocarbonetos, mas a divisão dos *royalties* continuou igual. É o que diz o § 1º, do art. 42:

“§ 1º. § 1º Os *royalties*, com alíquota de 15% (quinze por cento) do valor da produção, correspondem à compensação financeira pela exploração do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos líquidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, sendo vedado, em qualquer hipótese, seu ressarcimento ao contratado e sua inclusão no cálculo do custo em óleo.”[sic]

Ou seja, foi mantida a mesma distribuição dos *royalties* já prevista na Lei n. 9.478, de 1997.

O senador Wellington Dias, do estado do Piauí, apresentou um projeto de lei já aprovado no Senado que prevê outro critério de distribuição desses *royalties*: 20% para o estado onde há a produção, 10% para o município onde acontece a extração do petróleo, 5% para os municípios do entorno (aqueles que são afetados) e 25% para a constituição de um fundo especial a ser distribuído para todos os outros estados. Os 15% restantes seriam destinados à união para que ela constituísse um fundo social.

Agora a Presidência da República está, de certa maneira, interferindo, a fim de jogar essa discussão para o final do ano ou, quem sabe, para o ano que vem. Não sendo aprovada a nova lei, os

referidos *royalties* continuarão sendo destinados para alguns estados, três ou quatro, e para sete ou oito municípios do entorno.

Para concluir, sr. presidente, solicito que esta Casa encaminhe ao Congresso Nacional, especificamente ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marcos Maia, uma moção solicitando que o Projeto de Lei n. 2.565/2011, de autoria do senador Wellington Dias, do Piauí, e alguns outros projetos a ele apensados, sejam aprovados. Como disse, o projeto prevê um novo critério de distribuição dos *royalties* - mais de R\$ 100 bilhões nos próximos 15 anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, que preside esta sessão, sras. deputadas, srs. deputados, faço uso da tribuna na manhã nesta quinta-feira para ressaltar a vinda a esta Casa, no dia de ontem, do secretário de estado da Fazenda com toda a sua equipe, o secretário adjunto Almir Gorges e seus técnicos, para esclarecer como andam as contas do estado de Santa Catarina e a programação para o ano de 2013.

Todos lembram o anúncio do governo acerca da diminuição da arrecadação, principalmente a partir de 1º de janeiro de 2013, como consequência, principalmente, da queda do movimento nos portos catarinenses em função da questão das alíquotas. Como medida preventiva, tomou algumas medidas de contenção e redução de despesas.

Ontem tivemos a oportunidade de constatar que o governo realmente vem fazendo a sua parte, mas um dado que nos preocupou muito, deputado José Milton Scheffer, refere-se aos índices da aplicação dos recursos dentro das metas constitucionais, notadamente com relação à educação. Ela já ultrapassa 30% e há uma

preocupação muito pertinente porque grande parte desses recursos se destina à folha de pagamento.

Realmente há um descontentamento generalizado entre os educadores em todo o estado e uma das preocupações é a falta de recursos para investimento. Grande parte dos estabelecimentos escolares em nível estadual está numa situação crítica. Muitas escolas, inclusive, estão absolutamente depredadas. É uma das preocupações que nos remete a uma reflexão para fazer com que o governo tenha consciência de cada vez mais apertar o cinto.

Deputado Silvio Dreveck, volto à tribuna para repetir algo já dito um tempo atrás, que as SDRs foram esquecidas, deputado José Milton Scheffer, nas urnas, uma proposta do ex-governador Luiz Henrique da Silveira já no primeiro mandato, reeditada e que o levou à reeleição. A bancada do Partido Progressista não se opôs naquele momento, porque era uma vontade confirmada pelas urnas.

No entanto, dada a situação crítica que vive o estado e a necessidade de redução e contenção de despesas, penso que é o momento de o governador ter pulso firme, dentro da linha de gestão que foi das razões pelas quais se elegeu, de, quem sabe, reduzir o número de SDRs, readequando-o à realidade do estado de Santa Catarina.

Certamente não sou contrário às secretarias de Desenvolvimento Regional, mas a quantidade delas nos dias de hoje é realmente injustificável. A sociedade cobra uma posição, porque como elas vêm perdendo capilaridade e musculatura têm dificuldades para atender ao cidadão, propósito pelo qual foram criadas.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Agradeço-lhe, deputado Valmir Comin, e quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

No momento em que as gestões municipais estão-se pautando por manter uma máquina enxuta, o governo do estado de Santa Catarina está no caminho contrário, ou seja, de ampliação do

tamanho da máquina pública. A consequência disso é que ficaram desprotegidos os servidores da Saúde e da Educação. Essa dívida até vem sendo paga pelo governador Raimundo Colombo, tentando recuperar a defasagem passo a passo.

Ouvindo o seu pronunciamento, chamam-me a atenção alguns detalhes: os municípios também estão em dificuldades com a queda da receita, a união está devendo-lhes perto de R\$ 1 bilhão em convênios já assinados e não repassados; da mesma forma, o estado de Santa Catarina deve cerca de R\$ 50 milhões ou R\$ 60 milhões para as nossas prefeituras.

É preciso repensar a federação deste país, porque os recursos arrecadados estão todos concentrados em Brasília, o que além de significar má gestão, causa dificuldades para as prefeituras e o governo do estado, que estão perto do povo e precisam atender às suas demandas.

É o momento, então, de pensar em um novo pacto federativo, prestigiando os municípios e os governos estaduais, que são as instâncias de poder que realmente atendem à população diretamente.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço-lhe, deputado José Milton Scheffer, v.exa. que fala com muita propriedade porque foi presidente da Fecam, lá desenvolveu um grande trabalho e conhece o clamor e a necessidade dos municípios.

Há dois dias tive a oportunidade de ver e ouvir, pelos órgãos de comunicação deste país, a visita do prefeito eleito Fernando Haddad, de São Paulo, à presidenta Dilma Rousseff, com o propósito único, deputada Angela Albino, de pedir-lhe que repense a questão do pacto federativo, da dívida dos municípios e dos estados com a união.

Penso que não foi por acaso aquela ida, mesmo porque há uma pressão generalizada de todos os estados e municípios do Brasil e da própria Unale, que vêm batendo intensamente nessa tecla. E, com certeza, se for aberto um precedente para o município de São Paulo, os parâmetros de negociação terão que ser os mesmos para os demais municípios e estados deste imenso país.

As coisas acontecem nos municípios, não é, deputado José Milton Scheffer? É lá a origem do trabalho, dos produtos manufaturados, da agregação de valor, de renda. Mas grande parte dos tributos arrecadados é atribuída à união e também aos estados, ficando os municípios, que são os provedores verdadeiros, com a menor fatia do bolo tributário.

Mas penso que devemos fazer o dever de casa, deputado Maurício Eskudlark, pois é esse o nosso papel. Mas o governo do estado precisa capitanear esse processo, o governador precisa traçar a linha mestra e o Parlamento e todas as entidades civis organizadas deverão também fazer a sua parte.

Espero sinceramente que dessa movimentação em nível nacional decorra algo prático, para que possamos, a partir de janeiro próximo, ter dias melhores, com o governo do estado tendo as condições necessárias básicas para se estruturar e fortalecer cada vez mais sua economia e, conseqüentemente, aumentar a qualidade de vida de todos nós, catarinenses.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital ou quem está presente nesta manhã de quinta-feira, especialmente os servidores deste Poder.

Nas quintas-feiras geralmente aproveitamos para fazer uma reflexão buscando ser mais profundo do que nas terças-feiras e nas quartas-feiras, pois temos várias votações e os assuntos mais mundanos, mais do cotidiano, mais da conjuntura imediata nos afetam mais diretamente como a questão das autoescolas, como a questão de outros projetos. Já nas quintas-feiras gostamos de trazer um conteúdo mais de fundo para o debate, embora alguns projetos aprovados nesta semana tenham

muito a ver com esse debate e com esse conteúdo de fundo, inclusive a questão das autoescolas.

No projeto aprovado ontem referente ao crédito de R\$ três bilhões, R\$ 200 milhões já têm endereço certo: vão para o BRDE que vai repassá-los... Aliás, isso é só um incentivo para o BRDE inflar e poder ajudar, inclusive, com um valor bem maior, a BMW a se instalar no estado de Santa Catarina.

Então, sobre esses assuntos é preciso que reflitamos. Temos visto vários colegas deputados falando, e falando bem, falando alegremente, do fato de BMW se instalar em Santa Catarina.

Evidentemente que sabemos, conhecemos a conjuntura e existe a legitimidade desse debate, tanto é verdade que essa política governa tanto em nível estadual, quanto em nível federal. Algumas coisas foram faladas neste plenário e, especialmente, na comissão de Finanças, ontem pela manhã, quando também estava presente o deputado Silvio Dreveck. As pessoas com as quais tive esse debate não estão, mas vou referir-me ao assunto.

O deputado Manoel Mota assomou à tribuna na hora da votação e disse que não era verdade, que não era dinheiro para a BMW. Ora, se os próprios deputados estavam dizendo na reunião da comissão de Finanças, inclusive ele, que era dinheiro para a BMW, como pode ele dizer à tarde que não era verdade o que estava pronunciando, que aqueles R\$ 200 milhões não eram para o BRDE e, sim, que o BRDE seria uma instituição de fomento para financiar a instalação da BMW em Santa Catarina.

Outra questão de que se falou e que criou certo mal estar foi quando eu disse que havia muito zagueiro no Centro Administrativo do governo, no grupo gestor do governo, ou seja, não aceitam que as nossas emendas sejam aprovadas para ajudar também os cabos e soldados do Corpo de Bombeiros e não apenas os oficiais e os sargentos. E falo isso, inclusive, na condição de sargento! Falo dos zagueiros que não deixam passar umas vagas a mais para o soldado ser cabo, mas empurram R\$ 200 milhões ou mais com bastante facilidade para a BMW, pois parece que esse valor é apenas um sinal.

E até fiz uma brincadeira, porque existe o costume de falar "nobre deputado". Todos nós temos o costume de falar "nobre deputado, "nobre deputada", inclusive a imprensa, as pessoas da sociedade. Na verdade, quando alguém fala isso com relação à minha pessoa, eu fico meio assim. Não respondo por educação. Não sou nobre, sequer burguês, sou proletário. Quando alguém fala isso, sempre me vem à cabeça pegar o termo no seu conceito original, na sua raiz.

E foi essa brincadeira que fiz ontem, mas parece que algum deputado não gostou, porque estava falando justamente dessas questões da BMW. Mas existe o nobre, o burguês e o proletário e nenhuma dessas palavras é ofensiva. Aliás, os nobres gostavam de ser nobres, os burgueses imagino que gostassem de ser burgueses e para nós, proletários, a única solução de conforto é que possamos lutar para que no futuro haja uma classe apenas, que deixemos de ser proletários. Não existiriam mais os burgueses e não existindo os burgueses, não existiríamos nós na mesma condição de proletários. As condições seriam outras e para todos, daí a nossa vontade e a nossa luta. Então, não tenho a intenção de ofender ninguém quando falo disso.

Quanto à questão de fundo, que na verdade ainda não toquei, coloco o fato de que os monopólios privados, e a BMW é um deles, acabam determinando a política dos governos. E isso vale para o governo federal. Não se trata de defender um governo ou outro. Aliás, essa questão do pacto federativo tem que ser levada à raiz e discutida, porque esse pacto existe desde a época de 90. Foi criado na época do governo de Fernando Henrique Cardoso. Qual é a intenção do pacto? Puxar todos os recursos para a união e, assim, cumprir os compromissos com as instituições financeiras mundiais e nacionais.

Então, na década de 90 foi concentrado na união justamente para que houvesse menos risco de alguém dar um calote, o chamado calote. Eu acho que não é calote, porque já foram pagas mais de

uma vez essas dívidas todas, a nossa, portanto, não é calote.

Mas na perspectiva de que algum governo estadual, a exemplo do que fez em Minas Gerais o ex-presidente da República, Itamar Franco, com receio de que outro Itamar Franco ou Olívio Dutra, resolvessem parar de pagar, o governo federal passou a r todo ano praticamente 40% do seu Orçamento com o pagamento da dívida. Os estados também gastam uma proporção bastante alta do seu Orçamento para o pagamento das dívidas.

Agora o governo federal, para não dizerem que não criticamos aqui, reduziu o IPI para a grande indústria automobilística, inclusive a BMW que está vindo para o Brasil, e dispensou-a de pagar a sua cota-parte da Previdência. O governo federal deu redução do IPI e isenção da contribuição previdenciária e o governo do estado vai dar o resto. A BMW entrará em Santa Catarina para fazer uma caricatura, apenas com a logomarca. Dizem que vai criar empregos, o que é bom. É evidente que isso é bom, mas daqui a 30 anos os trabalhadores da BMW se aposentarão e a referida empresa não pagará a Previdência.

Nós precisamos de segurança, saúde e educação. A grosso modo, estamos tendo um retrocesso de 200 anos da história da humanidade. Isso que chamam de modernidade ou pós-modernidade, na verdade é um retrocesso de 200 anos ou mais na história da humanidade, porque estamos enfraquecendo a possibilidade de o estado dar uma contrapartida em termos de direitos essenciais. A seguridade social está sendo falida de propósito, de caso pensado pelos governos, segundo o interesse dos monopólios.

Portanto, está-se desenhando a história e desenhou-se a história nos últimos anos de que a Previdência é deficitária no Brasil. Não é e não era! Evidentemente que se as grandes empresas deixarem de contribuir para a Previdência, como acontece na importação de agrotóxicos no Brasil, que são vendidos por monopólios que não pagam mais os impostos previdenciários, como a Cofins, o PIS e o Pasep, como está acontecendo com a indústria

automobilística, é claro que a Previdência ficará deficitária. E é justamente daí que decorre o discurso de que é preciso cortar direitos, em prejuízo, é lógico, da maioria da população e da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, em que pese toda a crítica aqui feita pelo deputado Sargento Amauri Soares com relação aos recursos que serão repassados à BMW, penso que este é o papel e o dever do estado, ou seja, ser o motivador e o incentivador da sociedade, dar condições e promover a desoneração da indústria, sob pena de daqui a pouco reduzirmos drasticamente a receita do estado de Santa Catarina.

Penso que a BMW é uma empresa bem-vinda. Evidentemente o tratamento deve ser estendido ao grande, ao pequeno e ao microempresário, mesmo porque todo grande foi pequeno um dia. Penso que essa é a política que precisa ser adotada.

Estão vindo para Santa Catarina aproximadamente R\$ 7 bilhões, porque nos próximos dias deverá dar entrada nesta Casa para discussão um projeto de lei referente a um financiamento da ordem de até R\$ 1 bilhão, destinado precipuamente à melhoria da infraestrutura do estado. Tenho convicção de que se tivéssemos uma infraestrutura adequada na questão da logística do sistema modal e intermodal, certamente o agronegócio não estaria passando por essa crise em função do preço dos insumos, uma vez que o alimento para aves, suínos e bovinos vem do centro-oeste do país, chegando aqui com um custo elevadíssimo, jogando por terra a competitividade das nossas agroindústrias.

Evidentemente que se o governo não tomar alguma medida - e falo aqui dos governos estadual e federal - no sentido de subsidiar esses insumos, coisa que já é feita nos países desenvolvidos, fatalmente o agronegócio haverá de migrar, por uma questão de sobrevivência, para o centro-oeste do país, abalando, e muito, a economia do nosso estado.

Santa Catarina, que tem 1,1% do território nacional, que detém mais de 5,4% das exportações deste país, que detém mais de 4,6% do PIB brasileiro, que é um estado eminentemente exportador, agregador de valor, que tem um banco de inteligência de dados através do seu sistema educacional, precisa ter um tratamento adequado, recebendo da união de acordo com aquilo que gera de riqueza para o país.

Nos últimos quatro anos mais de R\$ 50 bilhões foram para os cofres da união. No entanto, o que retornou para os cofres de Santa Catarina? E quando falam que o governo federal está dando uma ajuda de R\$ 6, 7 bilhões a Santa Catarina, eu não entendo dessa forma, mesmo porque isso não é dinheiro a fundo perdido. Isso é dinheiro que vai ser pago a médio e longo prazo. E eu pergunto: esses R\$ 7 bilhões quanto vão representar se comparados com o potencial tributário que Santa Catarina proporciona à união?

Espero que esses recursos sejam aplicados em quatro áreas prioritárias: saúde, segurança, assistência social e infraestrutura. Precisamos recuperar as nossas rodovias, dando-lhes condições de trafegabilidade, porque esse é o papel do ente público. Se o poder público fizer a sua parte, a iniciativa privada fará o resto. O estado tem o dever e obrigação de dar segurança jurídica. E segurança jurídica é aplicar bem os recursos, é dar condições de mobilidade, de acessibilidade, de infraestrutura para o escoamento da produção, tornando competitivas as indústrias catarinenses.

Por essa razão, sr. presidente, vejo com muita expectativa a vinda desses recursos. Como disse anteriormente, não há nada a fundo perdido, isso não vem de graça. Assim, o estado precisa fazer

realmente a sua parte, enxugando a máquina. E cito como exemplo a redução do número, presidente Gelson Merisio, das SDRs, adequando-as à verdadeira realidade de Santa Catarina.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham neste momento, quero saudar os alunos que visitam a Assembleia Legislativa, pois é muito importante para o Parlamento que seu povo conheça o funcionamento e a importância desta Casa.

Quero parabenizar o deputado Valmir Comin e dizer-lhe que há poucos dias estive em Porto União conversando com o prefeito Renato Stasiak e com o seu vice-prefeito, hoje prefeito eleito, deputado Sargento Amauri Soares. Na conversa eles nos explicaram que os municípios catarinenses que fazem divisa com o estado do Paraná têm dificuldades muito grandes de manter indústrias em seu território em razão do alto custo de alguns impostos e tarifas. A tarifa de energia elétrica para a indústria do estado do Paraná, segundo eles, é muito mais baixa do que em Santa Catarina, quase 41% de diferença. Então, entre as empresas se instalarem no lado catarinense, na cidade de Porto União, por exemplo, acabam instalando-se em União da Vitória, pois as cidades são gêmeas, divididas apenas pelos trilhos da rede ferroviária federal. É o caso de Dionísio Cerqueira também, que faz divisa com a cidade de Barracão no estado do Paraná.

Então, o prefeito de Porto União faz reivindicações no sentido de que o estado de Santa Catarina estude uma forma de tratamento diferenciado para os municípios limítrofes com

outros estados, pois os benefícios fiscais, as concessões que o governo concede geram sempre retorno em investimentos e geração de emprego para o nosso estado.

Eu entendo que é importante analisar caso a caso, região por região. Fiz esse comentário porque o assunto foi abordado, o tema é importante e o governo Raimundo Colombo tem a preocupação de incentivar a economia catarinense, de trazer novas empresas e tem estudado e executado ações que beneficiam o crescimento do nosso estado.

Mas quero registrar também, neste momento, a transição tranquila, harmônica entre os prefeitos eleitos e os que estão no exercício do mandato. É um exemplo de democracia. Não são mais bandeiras partidárias, são pessoas que foram legitimamente escolhidas pela população, tanto aqueles que estão deixando o cargo quanto os que estão assumindo.

O primeiro exemplo dessa transição tranquila ocorreu quando Fernando Henrique Cardoso era presidente do Brasil e Lula foi eleito presidente. Pelas diferenças ideológicas, pelas discussões durante a campanha, muitos esperavam que a transição não fosse tranquila, que pudesse existir algum tipo de dificuldade. Muito pelo contrário, Fernando Henrique Cardoso, que sempre agiu como estadista, deu uma demonstração de espírito democrático, de respeito pela população brasileira e fez a transição mais tranquila de que se tem notícia. Até pelas diferenças que aparentemente existiam de pensamentos, ele demonstrou que a maturidade é muito importante.

Esse exemplo de maturidade ocorreu também na capital, onde o prefeito eleito Cesar Souza Júnior já foi recebido pelo prefeito Dário Berger; ocorreu ainda em Blumenau, em Joinville, enfim, em todos os grandes e pequenos municípios de Santa Catarina.

Agora, tão importante quanto essa transição é o planejamento antes da eleição. Por esse motivo, penso que os municípios menores, onde as diferenças partidárias são muito grandes, é que deveriam dar uma demonstração de unidade, porque fazendo muitas vezes uma chapa única conflitos são

evitados durante o período eleitoral, ocorrendo uma transição mais tranquila.

Mas quero registrar aqui o que a comunidade catarinense está presenciando, que é essa maturidade na transição e essa maturidade que representa respeito ao cidadão e preocupação com o município. Estão de parabéns os candidatos eleitos e os que estão no exercício do mandato pela forma serena e civilizada como procederam nessa transição.

Quero registrar também o bom senso, a maturidade ocorrida entre o Sindemosc, que é o Sindicato das Autoescolas do Estado de Santa Catarina, que congrega a grande maioria das autoescolas, e a Associação das Novas Autoescolas na solução de um conflito que estava causando certa preocupação em quase 100 municípios do nosso estado.

Depois de alguns ânimos exaltados, mas de muita conversação, da paciência de quase todos os deputados desta Casa - cometeria uma injustiça se não citasse algum nome de deputado que não tenha trabalhado para que houvesse o entendimento -, chegou-se a uma solução para essa questão. Com a retirada das ações, das liminares que impediam que as autoescolas novas funcionassem, acreditamos que hoje todas estejam trabalhando em nosso estado.

Então, a Assembleia foi importante nessa intermediação, deputado Ismael dos Santos, v.exa. que também trabalhou no sentido de que fosse resolvido esse problema para o cidadão catarinense, que muitas vezes tem que se deslocar para outra cidade. Trata-se de mais de 1.500 empregos que poderiam ser afetados e que, felizmente, com o bom senso dos dirigentes e com o apoio e a intervenção da Assembleia Legislativa, foram preservados.

Então, quero parabenizar tanto os proprietários de autoescolas quanto os dirigentes por essa maturidade e por resolver essa questão.

Ontem, também conversei com o delegado-geral da Polícia Civil, pois estou preocupado, como todos estão nesta Casa, com a situação da criminalidade, principalmente com os últimos

acontecimentos, como a morte da agente prisional Deise, esposa do diretor da Penitenciária de Segurança Máxima de São Pedro de Alcântara, fato que tem causado preocupação a toda a Segurança Pública e à população de Santa Catarina.

Ontem à tarde tivemos mais um episódio lamentável, quando um policial foi fazer uma intimação no norte da ilha e também foi alvejado. E tudo isso é fruto da nossa legislação benevolente, da impunidade que impera neste país, pois há uma tolerância muito grande aos crimes graves e também aos leves. Alguns países já enfrentaram muitos problemas nesse sentido e precisaram até alterar sua legislação para conter a criminalidade.

Mas vejo que as autoridades catarinenses, seja da secretaria da Justiça, da Segurança Pública, da Polícia Civil ou da Polícia Militar, têm trabalhado, pois pela amizade e pelos nossos 30 anos de atividade na segurança pública temos tido contato constante e acompanhado de perto todo esse trabalho.

Sem procurar fazer sensacionalismo, a Polícia tem procurado cumprir seu dever com essas ações, bem como esclarecer esses fatos para a sociedade catarinense, o que é muito importante. Então, é prematuro tecer algum comentário, externar alguma posição nesse sentido, o mais prudente é aguardarmos a apuração dos fatos, na certeza de que as autoridades catarinenses estão agindo com a responsabilidade, o rigor e a prudência que o momento impõe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, estudantes presentes nesta Casa, quero dar conhecimento a todos que Santa Catarina foi

escolhida pela sexta vez consecutiva como o melhor destino turístico do Brasil, através de uma pesquisa feita via internet junto aos leitores da revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril, que anualmente escolhe os melhores juntamente com o Congresso Brasileiro da Abav, no Rio de Janeiro.

É um evento que merece ser ressaltado, e já fiz um pronunciamento nesta Casa sobre as razões que levam o estado a ter esse diferencial. Com certeza são nossas belezas naturais, a diversidade dos pontos turísticos, a nossa gastronomia e tantos outros pontos avaliados nessa pesquisa nacional.

Mas volto a dizer, e é importante ressaltar, que a divisão geográfica de Santa Catarina, que conta com regiões turísticas muito bem mapeadas, com seus produtos elencados em cada uma das regiões, é que tem mudado o olhar do turismo nacional e internacional para o nosso estado, já que somos o terceiro maior destino turístico internacional do Brasil, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro, graças, é claro, aos nossos países vizinhos, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, que são nossos frequentadores assíduos de muitos anos. Contudo, se prestarmos atenção, veremos que hoje há turistas vindos de outros países também.

Mas um dos pontos marcantes dentro desse processo ainda é o diferencial da segurança, porque o turista não vai a lugares onde ele se sente inseguro, e aproveito para dizer que, casualmente, pude ouvir o pronunciamento do deputado Maurício Eskudlark sobre a sua preocupação - e eu como presidente da comissão de Segurança Pública desta Casa não posso deixar de me manifestar neste momento - sobre os momentos de apreensão que estamos vivendo em nosso estado.

Mais uma vez os crimes que aconteciam apenas em outros estados começam a ocorrer em Santa Catarina, mais recentemente, os assaltos aos caixas eletrônicos que antes não ocorriam com tanta frequência, hoje causam grande insegurança a todos. Mas o mais grave de tudo é que os profissionais da Segurança Pública estão sendo

assassinados, como a agente prisional morta na semana passada, situação vivida anteriormente apenas em outros estados.

Pergunto: como isso chega tão rápido a Santa Catarina? Por que se instala aqui? E aí quero fazer uma reflexão que, penso, deve ser feita por todos nós, políticos, pois podemos, inclusive, tentar frear um pouco isso, não apenas com investimentos, mas especialmente com uma das coisas que mais contribuem: a informação.

Os noticiários nacionais, todas as mídias, fazem a sua obrigação, que é noticiar, mas infelizmente dão muito destaque a esses crimes e conseqüentemente quem assiste faz disso uma nova prática. Acho que esses assaltos que vêm acontecendo em Santa Catarina, essas mortes, muito têm a ver com o noticiário nacional sobre o que vem acontecendo em outros estados, porque não havia razão para isso acontecer aqui tão rapidamente, de forma tão violenta e crescente.

Acho que é preciso mudar o foco e reavaliar essa situação, juntamente com aqueles que têm o poder da mídia, pois isso tem contribuído muito para os marginais se organizarem, fortalecerem-se e entrar num modismo.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa.. que é um dos grandes conhecedores desse assunto e tenho sempre elogiado o seu posicionamento aqui, sabe muito bem que os marginais seguem um modismo que influencia o fortalecimento dentro dos seus segmentos para obter mais *status*, e se a moda em outro estado é matar policial, por que não em Santa Catarina?

Então, sr. presidente, gostaria de dizer que considero preocupante essa nova onda que vem acontecendo em nosso estado em menos de uma semana, e cabe a nós, desta Casa, posicionar-nos e encontrar mecanismos para auxiliar os policiais, que são os nossos protetores, tanto civis quanto militares e todo o segmento das polícias, e que estão passando por um período muito difícil neste momento.

Está no *Diário Catarinense* de hoje, na primeira página, que enquanto o comando da Polícia

Civil se reunia para anunciar que prendera o suspeito pelo assassinato da agente prisional, recebeu um telefonema dando conta de um atentado contra outro policial.

Então, queremos solidarizar-nos com a Segurança Pública e como presidente da comissão teremos que fazer uma avaliação urgente. E não somente nós, mas penso que todo o Parlamento, porque quando se atenta contra um policial em Santa Catarina, isso é muito preocupante.

Era o que eu tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Gilmar Knaesel.

Esta Presidência gostaria de registrar a presença nesta Casa dos alunos do 5º ano da Escola de Educação Básica Catarina Deschamps Steffen e da Escola Monsenhor José Looks, do município de São João Batista, que se fazem presentes sob a responsabilidade da sra. Janaína Souza.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense e muito obrigada pela visita!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, não pude apartear o deputado Gilmar Knaesel, mas gostaria de fazer referência ao assunto por ele abordado. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e agradecer pela sua posição, que eu já esperava, evidentemente, conhecendo-o como presidente da nossa comissão de Segurança.

Quero dizer que devemos achar mecanismos para esta Casa encontrar uma forma de ajudar o Poder Executivo e as suas instituições de segurança no sentido de enfrentar adequadamente essa situação.

De fato existe uma situação que pode levar a sociedade ao pânico, inclusive os servidores da Segurança Pública, com saídas talvez as mais desesperadas, o que também não é adequado.

Então, precisamos, sim, discutir e estou à disposição de v.exa., nosso presidente, para fazer esse debate.

Muito obrigado, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os deputados companheiros desta Casa, a deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, e fazer uma abordagem sobre a definição do projeto de lei aprovado no Senado que estabelece 10% dos investimentos do PIB em educação.

Há duas semanas participei de um evento, em Florianópolis, do Conselho Nacional de Educação, com a presença do ministro Aloizio Mercadante, que, diga-se de passagem, faz um belíssimo trabalho dando sequência ao que já fazia o ministro Fernando Haddad, recentemente eleito prefeito da cidade de São Paulo.

Na medida em que se estabelecem novos investimentos para a educação, para que se chegue a 10% é preciso ter claro qual a fonte de recursos para se chegar a esse nível de investimento, considerando-se todas as outras demandas que o país tem na área de saúde, como foi abordado hoje pelo deputado Serafim Venzon, deputado Jorge Teixeira - e nós somos médicos -, e a questão do cumprimento de que em 60 dias todo paciente com qualquer tipo de câncer tem que estar com o seu tratamento estabelecido - e isso é correto; estar fazendo quimioterapia e/ou radioterapia e ser atendido pelos centros de oncologia.

Mas qual é a fonte de recursos para tudo isso que a sociedade demanda?

O que defendemos claramente é a posição tomada pela presidente Dilma Rousseff, que decidiu que a partir de 2014 os *royalties* do petróleo, do pré-sal e do pós-sal, serão todos investidos num fundo nacional de educação para contemplar nos estados

não apenas o piso nacional de salário, mas também a possibilidade de extensão do horário integral para todas as crianças deste país e para que se amplie o número de universidades e de escolas técnicas. É a única forma, deputado Elizeu Mattos, é definindo claramente as fontes, v.exa. que será, com certeza, o melhor prefeito que a grande cidade de Lages já teve, tendo em vista sua ligação com o governo federal, a presidente Dilma e o vice Michel Temer, porque se o governo disser que vai ajudar, não haverá problema, lá em Brasília haverá dinheiro de sobra para sua cidade em termos de investimentos na educação.

A presidente Dilma resolveu assumir que o governo, a exemplo do que fez a Noruega, que foi o primeiro país a adotar esse procedimento, destinará todos os recursos do pré-sal e do pós-sal, a partir de 2014, para um fundo nacional de educação, tendo que aqui o deputado Valmir Comin já destacou que em Santa Catarina já se investe 30% do Orçamento do estado nessa área.

O Brasil tem grande necessidade de engenheiros, tendo em vista o apagão de energia elétrica com que em breve nos defrontaremos. Assim, a medida da presidente é corretíssima. Sabemos que no Congresso Nacional haverá movimentação dos estados produtores e dos municípios produtores de petróleo. Mas não é justo que uma fonte, que é nacional, porque o petróleo que existe no pré-sal é do governo federal, os investimentos e pesquisas são da Petrobras, que todo brasileiro ajudou a construir, seja utilizada apenas por poucos. E está comprovado que muitos municípios que recebem *royalties* do petróleo têm as maiores folhas de pagamentos no setor público. No entanto, nem todos melhoraram a infraestrutura, a educação ou estabeleceram prioridades básicas em áreas essenciais para melhorar a vida do povo.

Portanto, aqui queremos parabenizar a presidente Dilma, o ministro Mercadante, até mesmo porque muitas vezes tomam-se medidas no Congresso sem avaliar o tempo de sua execução. Aprovou-se uma medida para que a partir do ano que vem não se coloque mais de 25 alunos por sala de aula. Isso

quer dizer que teremos que duplicar o número de salas de aula e de professores no Brasil em um ano. Também concordo que 50 alunos é um número excessivo, porém temos que dar tempo ao tempo para essas mudanças, temos que estabelecer metas com recursos para construir salas de aula, para contratar.

Essa será mais uma das leis que se aprovam sem o debate com os secretários estaduais de Educação, sem o debate com os governos estaduais e municipais. Como é que um município de pequeno porte vai dobrar o número de salas de aula e de professores sem saber a fonte desses recursos?

Portanto, é extremamente salutar a posição do governo federal de mandar para o Congresso um projeto de lei que direciona os recursos do pré-sal e do pós-sal para um fundo nacional de educação, para que possamos, no máximo em uma ou duas décadas, ter uma educação com muito mais qualidade e um mercado de trabalho que permita que os profissionais angariem perspectivas econômicas e de desenvolvimento deste Brasil.

Este é um país que temos que sempre enaltecer pela qualidade do seu povo, pela riqueza da matéria-prima que tem seu solo, pelo despojamento dos seus trabalhadores em criar riquezas. O nosso governo federal, através de uma visão ampla e social do então presidente Lula, conseguiu construir desenvolvimento econômico com distribuição de riqueza, conseguiu estabelecer uma perspectiva educacional ao, em apenas oito anos, construir 214 escolas técnicas, tendo em vista que em um século haviam sido construídas somente 100.

No mais, em relação ao nosso partido, deputada Ana Paula Lima, estamos vendo muitas matérias de jornais fazendo avaliações acerca das perspectivas para 2014 no estado de Santa Catarina.

É importante deixar claro ao povo catarinense que o Partido dos Trabalhadores, em nível nacional, tem um amplo arco de alianças e que a partir do ano que vem, provavelmente, o PSD, o partido que tem Gilberto Kassab como presidente nacional e que em Santa Catarina tem o governador,

fará parte do processo de gestão administrativa deste país.

Quero dizer, como deputado do Partido dos Trabalhadores, que isso faz parte da democracia. O PSD é um partido que no Brasil também se consolidou pelo número de prefeituras, principalmente desidratando o Democratas e o PSDB. Houve uma confluência de partidos para a formação do PSD - e isso faz parte do processo democrático. Acho que a nossa presidenta está extremamente correta ao trazer esse partido para a base do governo, em nível federal, dando-lhe um ou mais ministérios. Ela mostra o seu caráter republicano ao, além de abrir espaços, abrir também a participação no processo de gestão.

Esperamos que o Raimundo Colombo, o governador de Santa Catarina, também tenha uma postura mais republicana com a Oposição nesta Casa. Acho que assim como a nossa presidente está fazendo com o PSD, talvez o governador devesse ter uma postura mais republicana com a Oposição.

No mais, um bom final de semana a todos, um bom feriado!

Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme Regimento Interno: Projetos de Lei n.s 0181/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0292/2012, de autoria do deputado Sandro Silva.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0386/2012 e 0495/2012, de autoria de entidades sociais.

Também comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0601/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando o demonstrativo financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrários relativo ao primeiro semestre de 2012.

Da mesma forma, a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0604/2012, de autoria de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção de título.

Comunica, outrossim, que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0481/2012, 0482/2012, 0497/2012, 0498/2012, 0499/2012, 0528/2012, 0536/2012, 0538/2012, 0558/2012, 0565/2012, 0566/2012, 0571/2012, 0572/2012, 0577/2012, 0578/2012, 0579/2012, 0594/2012, 0598/2012 e 0614/2012, todos de entidades sociais encaminhando documentação para manutenção do título.

Esta Presidência também comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0425/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0974/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0975/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0976/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, não estava com tanta pressa, mas como percebi que a sessão estava terminando, passo o informe agora.

Os trabalhadores em greve da Saúde e o Sindsaúde informam que estão fazendo uma coleta de sangue no Hemosc de Florianópolis e convidam todas as pessoas interessadas, famílias, amigos e, inclusive, os deputados para participar. Também convida todos para participar de um abraço ao Hemosc que está sendo promovido por esses trabalhadores hoje, às 14h.

V.Exa., assim como os demais deputados e as pessoas que nos acompanham, estão todos convidados para esse abraço ao Hemosc, para essa campanha de reforço de doação de sangue àquela instituição.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Não há oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que de acordo com o art. 110 do Regimento Interno são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 109ª Sessão Ordinária de 06/11/2012:

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0026/2011; 0445/2012; 0493/2012; 0537/2012; 0564/2012; 0565/2012; 0573/2012; 0581/2012; 0584/2012; 0599/2012; 0618/2012; 0619/2012; 0620/2012; 0621/2012; 0624/2012; 0658/2012; 0659/2012; 0680/2012; 0681/2012; 0683/2012 e 0885/2012; e

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0182/2012.

Está Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Esta encerrada a sessão.